Apêndice da I parte: o pecebismo contemporâneo

A presença das teses caiopradianas nos textos de Elias Chaves Neto

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. A presença das teses caiopradianas nos textos de Elias Chaves Neto. In: *A importância da tradição pecebista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, pp. 16-39. ISBN 978-85-7982-051-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APÊNDICE DA I PARTE: O PECEBISMO CONTEMPORÂNEO

A PRESENÇA DAS TESES CAIOPRADIANAS NOS TEXTOS DE ELIAS CHAVES NETO¹

No caso de um intérprete do Brasil, como Caio Prado Jr. – econômico em citações de autoridade, aparentando enquadramento na linguagem marxista-leninista –, o realce da presença em seus textos de alusões à história comparada pode não apenas trazer elementos úteis para a avaliação das suas raízes intelectuais, como ainda vir a estimular conjecturas sobre o sentido publicístico da sua obra e, especialmente, da sua ideia da Revolução Brasileira.

Mas é preciso não se esquecer de situar o autor em seu campo e não diminuir o influxo invasivo que a revolução russa e a URSS, com o marxismo-leninismo, exerceu na longa trajetória do seu PCB. Como se sabe, esse marxismo do Movimento Comunista Internacional não apenas interditou a elaboração dos primeiros anos e travou o PCB na virada de 1945, como ainda adiou, e por muito tempo, o uso dos escritos seminais de Lênin sobre a revolução russa de 1905, particularmente acerca do prussianismo, os quais só começariam a ser trabalhados por autores pecebistas proveitosamente mais tarde.

¹ Este texto foi redigido originariamente em 2000. Sua inclusão neste volume visa apresentar traços da “corrente caiopradiana” por meio de uma recensão de escritos de Elias Chaves Neto do período 1955-1963. A militância propriamente partidária de Caio Prado é bem visível na década de 1940, quando o historiador teve papel relevante no movimento dos grupos de esquerda que buscavam aliar-se aos liberais da União Democrática Nacional (UDN) para por fim ao Estado Novo e democratizar o país. Foi candidato derrotado às eleições da Constituinte de 1945, sendo eleito em seguida deputado à Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. Em 1947, Caio Prado publicou na Tribuna de Debates do IV Congresso do PCB, o artigo “Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira” (PRADO JR., 2007). Depois vieram o isolamento e os anos de perseguição aos comunistas. Caio Prado reaparece na cena pública a partir da fundação da *Revista Brasiliense*, em 1955. Em 1960 e 1966, escreve textos para o V e VI Congressos, realizados, respectivamente, em 1960 e 1967. Uma versão do presente texto circulou no grupo de pesquisa “Questão Agrária e Política” (UFRRJ-CPDA) e integra o livro *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Faperj-Mauad, 2001.

A forte raiz marxista-leninista do PCB não desencoraja atentar para os apelos que publicistas seus fazem a outros modelos e ver melhor como tais recursos aparecem em alguns deles configurando matizes que se acrisolam no pecebismo contemporâneo. Essas interações vão desde os influxos dos escritos dos clássicos sobre as revoluções até influências intelectuais propriamente ditas. Afora os impactos das revoluções chinesa e cubana, esta mais nas dissidências do pós-64, nota-se uma pequena, mas recorrente, presença do PCI em alguns ambientes do PCB, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de 1956. Às vezes ela aparece sob forma de materiais italianos publicados na imprensa partidária, às vezes como citações em militantes que trazem em seus textos argumentos do “caminho democrático ao socialismo” então proposto pelo PCI. Mais tarde, chegaria o influxo, por assim dizer, das reflexões do “pequeno marxismo” sobre as experiências de modernização pelo alto (Lênin, acima citado, e também Lukács); e da teoria gramsciana da “revolução passiva”, esta nova presença italiana já no contexto do eurocomunismo de meados dos anos 1970.

No caso de Caio Prado, comunista que não deixa a originalidade da sua interpretação de Brasil desaparecer sob os cânones da doutrina marxista-leninista, chama a atenção a comparação que aparece em seus textos entre o nosso industrialismo e as vias europeia e americana de constituição do capitalismo, referidas como modelo de generalização do progresso (material e espiritual) e de incorporação e homogeneização social. Também desperta interesse certa inspiração dos excursos de Caio Prado Jr. acerca do industrialismo brasileiro no *take-off* do capitalismo das ex-colônias inglesas. Este emblema americano constitui uma presença estratégica a percorrer os textos caiopradianos, visível quando se lê a versão do seu principal divulgador, Elias Chaves Neto, à hora em que este jornalista trata de fundamentar as controvérsias que mantém com o PCB pelas páginas da *Revista Brasiliense*, justamente se apoiando no mestre, parente e amigo Caio Prado.

Foi Prestes quem primeiro mencionou a presença de Elias Chaves Neto no reaparecimento da “corrente caiopradiana” em meados dos anos 1950. Ele chamava a atenção para o artigo “Política de União Nacional”, publicado no primeiro número da *Revista Brasiliense*, de autoria daquele que vai se por à frente da nova publicação como seu diretor-responsável por todo o decênio de 1955/64: Elias Chaves Neto. A interpelação do secretário-

geral do PCB prenunciava o destino que iria ter a revista de Caio Prado Jr. como lugar de exposição daquela vertente pecebista que, como a dos renovadores “revisonistas” de 1956/57, tampouco teria livre passagem no partido comunista. Prestes advertia a *Revista Brasiliense* pelo seu envolvimento com o que ele chamava de “nacional-reformismo”, naquilo que ecoava os novos tempos que estavam sendo anunciados tanto pela Cepal (Celso Furtado já havia antecipado o argumento de *Formação econômica do Brasil*, em 1954, com a publicação de *A economia brasileira*) quanto pela publicística de uma *intelligentsia* de centro-esquerda que já vinha editando os *Cadernos do Nosso Tempo*, dando os primeiros passos para fundar o Iseb.

Hélio Jaguaribe, o militante-fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (Ibesp), também escrevera nessa mesma época dizendo que Caio Prado era “o único teórico marxista do Partido Comunista Brasileiro”. Como membro qualificado daquela instituição precursora do Iseb, falando do vazio bacharelesco da *intelligentsia* brasileira, Jaguaribe dizia então com toda severidade: “A literatura morreu nos anos 1940. Como só havia literatura, nada restou para lhe tomar o lugar, carecendo, ainda, de repercussão nos meios intelectuais, o esforço filosófico que vêm empreendendo os grupos indicados” (JAGUARIBE, 1952; 1957). O isebiano referia-se aos ecos no Brasil do neotomismo, do existencialismo cultural e do neopositivismo; o marxismo incluído, representado por um Caio Prado Jr. que se mantinha, explicava ele, estritamente fiel à ortodoxia partidária, “conservando uma posição epistemológica e uma interpretação sensualista da realidade tipicamente oitocentista” (*idem*). E mais: “É de crer-se, no entanto, que esse esforço filosófico logre afirmar-se e desenvolver-se, dando ensejo ao aparecimento de uma literatura de ideias, apta a responder às grandes questões irresolvidas, em nossa atmosfera espiritual. Neste caso, tudo indica que se processará, finalmente, a fundação de uma cultura brasileira, herdeira da europeia, integrada no espírito ocidental, mas vinculada à realidade do Brasil e representativa de suas necessidades” (*idem*).

Diferente do seu mestre Caio Prado Jr. que, em artigos escritos para a revista, falava como um publicista “temático”, Elias Chaves Neto aparecia nas páginas da *Revista Brasiliense* mais como um militante. Paulo Sérgio Pinheiro, o organizador dos seus textos, chega a dizer que “Se os conflitos do Partido com o historiador Caio Prado Júnior foram provocados por suas revisões precursoras das bases de interpretação da sociedade brasileira –

feudalismo, revolução brasileira, burguesia nacional –, com Elias Chaves Neto os desencontros são provocados por suas análises de conjuntura nada convencionais” (PINHEIRO, 1982: 14; *in* CHAVES NETO, 1982).

Além de *A Revolução Brasileira* (1966) que, como se sabe, fora sua contribuição ao VI Congresso de 1967, Caio Prado Jr. só escrevera de modo mais incisivo sobre a política pecebista nas Tribunas de Debates do IV Congresso de 1947 e do V Congresso, de 1960. Tem-se a impressão de que esse tipo de comportamento “estritamente disciplinado” ainda reflete os dissabores da derrota do grupo caiopradiano na controvérsia em torno da estratégia de resistência ao Estado Novo. Mas há quem cobre do autor o fato de ele ter feito a crítica de 1966 em público, sem que o PCB pudesse se defender em condições tão amplas como as da publicação legal daquele livro (MALTA, 1966).

De qualquer modo, também comunista disciplinado, em vários artigos publicados na *Revista Brasiliense*, Elias Chaves Neto se confrontava abertamente com o PCB, ora tentando combinar os temas do caminho revolucionário e da democracia, em formulação pecebista, ora discordando do seu partido nas questões correntes.

Em suas memórias, Elias Chaves Neto reconhece que a fundação da *Revista Brasiliense* dava curso a um movimento de redefinição da orientação comunista que tivera início logo após a morte de Getúlio. Ele se referia a um passo anterior do “grupo caiopradiano” que consistira em convencer o historiador a disputar a cadeira de Economia Política na Faculdade de Direito de São Paulo, para o qual iria escrever a tese *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, em 1954. Logo depois, a *Revista Brasiliense* assumiria para si a tarefa de estimular investigações em busca de “soluções adequadas” aos problemas brasileiros, fazendo contraponto com as ilusões sobre o nosso progresso, como diziam os organizadores da revista na sua apresentação, notável em muitos campos, mas que “mal dissimula”(va) nos grandes centros urbanos o atraso econômico do país (BASTOS, 1955). Revelando marca caiopradiana, a apresentação da *Revista Brasiliense* acrescentava que o tema do atraso seria bem compreendido à medida que se avançasse numa teorização capaz de caracterizar a natureza e o sentido da industrialização substitutiva (“em que fomos compelidos a prover nós mesmos as nossas necessidades”), mas, ecoando as teses do historiador, a considerava insuficiente para atender às

exigências de bem-estar, particularmente o de “densas camadas” da população rural em estado de extrema pobreza, à margem do surto econômico e industrial (*idem*).

Elias Chaves Neto verbaliza na revista as posições do PCB, com elas debatendo, apelando, inclusive, para outras construções intelectuais “sem se isolar das tradições do pensamento como as liberdades democráticas” (PINHEIRO, 1982; in CHAVES NETO, 1982). Quanto à política nacional daquela época, o articulista da *Revista Brasiliense* reclamava desde o entreguismo da “revolução desenvolvimentista” de JK (sic) até o confronto exacerbado entre João Goulart e a oposição, luta que o preocupava, como também a seu mestre, por ela estar obscurecendo a adoção de diversas “medidas concretas” que o Presidente da República poderia tomar em defesa dos interesses populares.²

No entanto, o que interessa chamar a atenção são os apelos a outras referências que aparecem nos textos de Elias Chaves Neto sugerindo traços da publicística caiopradiana. Neste sentido, adquirem particular interesse o compromisso do autor com o projeto da *Revista Brasiliense* e a sua completa identidade com as teses do historiador a ponto de se atribuir nessa relação apenas o papel de jornalista, reconhecendo em Caio Prado Jr. a função propriamente intelectual (CHAVES NETO, *apud* PINHEIRO, 1982). Essa associação nos permite visualizar nos artigos de Elias Chaves Neto publicados na *Revista Brasiliense* o sentido da presença do “grupo caiopradiano” no mundo pecebista do pré-64. Ao polemizar nesses textos com seu partido, Elias Chaves Neto alude, com postura bem pecebista, à dimensão da política corrente do PCB, ponto em relação ao qual, como à época disseram alguns dos seus críticos, Caio Prado Jr. se manteria “ausente”.

No artigo que escreve para o primeiro número da *Revista Brasiliense* (“Política de União Nacional”), Elias Chaves Neto se referia às “novas

² Em um artigo do final de 1963, Elias Chaves Neto também cobrava de Jango “uma posição francamente de esquerda” (e que pusesse “fim ao palavreado nacionalista” e à conciliação de interesses da burguesia nacional com o imperialismo”). Leia-se estes dois trechos bem caiopradianos: “É nesta antítese (da polarização oposição-governo da época) que se processa a vida política do país, postos de lado e esquecidos os problemas concretos que afetam de forma tão dramática a vida do nosso povo”. Em outro, reclamava do caráter ainda personalista da política brasileira: “É o que explica o fato das grandes questões nacionais serem debatidas fora dos quadros da política partidária e o estranho resultado de eleições que não revelam um pronunciamento da opinião pública em face desses problemas” (CHAVES NETO, 1963b).

concepções, as quais iam abrindo dificilmente o seu caminho” (CHAVES NETO, 1977: 146). Embora não haja referência específica, o autor certamente está aludindo a outras áreas pecebistas, aparentemente distantes do grupo da *Revista Brasiliense* que, logo depois, irão ter importância nos debates pecebistas sobre o XX Congresso do PCUS (SANTOS, 1988). Em suas intuições, Chaves Neto caminhava no mesmo rumo dos renovadores de 1956/57, expondo uma formulação em alguns pontos diferenciada dos padrões da mundo comunista da época, tentando renovar a orientação pecebista. Ele mobilizava as proposições caiopradianas e recorria aos ensinamentos da crise do estalinismo que extraía da tese da via pacífica e do caminho democrático ao socialismo proposto pelo PCI.

Uma das características dos textos de Elias Chaves Neto já foi registrada fora do ambiente pecebista. Na apresentação da coletânea *Sentido Dinâmico de Democracia* (1982), o mesmo Paulo Sérgio Pinheiro aponta convergência de Elias Chaves Neto com o que, no começo dos anos 1960, vai ser conhecido como crítica do populismo e faz esta indicação:

Os artigos de Elias Chaves Neto permitem ver a vertente de defesa de nacionalismo que, graças a sua insistência na democracia, não perdia de vista a oposição entre capital e trabalho, que algumas vezes parecia ter desaparecido da pregação nacionalista (PINHEIRO, 1982; in CHAVES NETO, 1982).

O autor acrescenta:

E fica claro que para ele a preocupação pela transformação de uma economia que atendesse às prioridades e às necessidades da maioria da população brasileira nada tinha a ver com uma concepção autoritária do Estado (*idem*).

É ainda Paulo Sérgio Pinheiro quem diz que a ênfase no tema da democracia aparece em Elias Chaves Neto – este comunista “bem estranho”, “trânsfuga da classe dominante”, “convertido tardio” e amigo inseparável de Caio Prado Jr. (sic) – como uma antecipação dos debates e da aceitação mais plena e bem posterior do valor da democracia entre os setores das esquerdas marxistas brasileiras (*idem*). Como costuma acontecer em elaborações gestadas como dissidências no interior de uma ortodoxia cultural, na qual ainda se mantêm ligados os seus autores críticos, a ambiguidade “forçada” pela tradição que se vê nos textos de Elias Chaves Neto se manifesta não só na linguagem marxista-leninista como nos temas que ele introduz nos

artigos publicados na *Revista Brasiliense*. Por exemplo, leem-se ali a valorização da democracia política e a defesa do socialismo real; ao mesmo tempo em que o autor fala de “revolução democrática”, inclusive ao modo do PCI, também alude ao proletariado como classe universal e assim por diante.

Mesmo com argumento problemático, Elias Chaves Neto se volta para a “questão comunista” daquele pré-64, procurando fundir sua formulação da estratégia revolucionária com as teses que extraía da obra caiopradiana. São sugestivas as suas tentativas de associar ao construto de Caio Prado Jr., primeiro, as bandeiras libertárias de 1789 (especialmente o papel transformador que divisava na vigência efetiva da Constituição de 1946 em meados dos anos 1950) e, depois, a tese tocquevilleana sobre o americanismo. Poder-se-ia dizer que tais referências sugerem contornos da ideia caiopradiana da Revolução Brasileira. Há tanto adiantamentos “precursores” nos quais Chaves Neto acolhia a ideia da via democrática ao socialismo imaginada por Togliatti como proximidade com a chamada “tática das soluções positivas”, proposição reformista que apareceu nos debates de 1956/57 e circulou, por algum momento, no PCB, sendo inclusive retomada durante o V Congresso de 1960 (COELHO, 1960).

Convém sublinhar que os textos de Elias Chaves Neto não conformam uma dissertação própria e apresentam aspectos indefinidos. Mesmo que descontínuas, certas passagens dos escritos de Elias Chaves Neto revelam contornos da corrente caiopradiana notada por Prestes no seu artigo dedicado ao aparecimento da *Revista Brasiliense*. Especialmente a passagem na qual o jornalista recorre às teses do seu mestre sobre a via política de constituição do nosso capitalismo, pondo ênfase, não tanto na sua “operacionalização” com vistas à análise da conjuntura nacional (como fazia Caio Prado Jr. em textos escritos para a revista), mas procurando realçar a função positiva que as demandas populares desempenhariam em um contexto democrático.

Esse tipo de leitura dos textos de Elias Chaves Neto sugere que, quando utiliza a teorização caiopradiana para sustentar seus argumentos, o editor da *Revista Brasiliense* seguia os dois fios sempre presentes na obra do historiador. O primeiro deles, o da insistência na reversão do sentido de um industrialismo aqui se organizara por contingência da crise de uma estrutura econômica voltada para fora. O segundo, o da “miséria e da fome da grande massa popular”, Chaves Neto também o enfatizava como questão

nacional estratégica de cuja solução dependiam as possibilidades do movimento de renovação da vida econômica da nação (CHAVES NETO, 1956a). Aliás, respondendo à inquirição que, no artigo já citado, fizera-lhe Prestes por ter buscado a chave da compreensão dos problemas nacionais na obra histórica caiopradiana (e não no marxismo), ele dizia que, de fato, ali havia encontrado a causa da debilidade do mercado interno, uma vez que “somente a história nos pode revelar o sentido íntimo dos fenômenos dos quais a observação imediata nos revela apenas as aparências” (*idem*).

Já no primeiro artigo escrito para a *Revista Brasiliense*, Chaves Neto aludia ao exemplo americano da prosperidade das indústrias do Leste, obtida no século XIX, quando se estruturara um mercado interno complementar, aberto a Oeste do país. Ele lembrava que haviam sido justamente a distribuição de terras além do Mississipi, conforme o programa *farmer* de Lincoln, a contínua expansão territorial e a abertura de grandes mercados consumidores que desencadearam o desenvolvimento industrial daquele país. Cite-se o autor:

Entretanto, os mesmos elementos que fizeram a grandeza norte-americana atuam hoje no caso brasileiro: a existência de um mercado interno, suscetível de assegurar a uma indústria nacional crescente longos anos de prosperidade. É verdade que esse mercado interno precisa ser estimulado e até criado. Mas é a luta do nosso trabalhador por melhores condições (pela reforma agrária no campo e melhores salários nos centros urbanos) que vai criar esse mercado do qual depende a prosperidade dos negócios brasileiros (CHAVES NETO, 1955).

Esse mesmo tema do Oeste novamente se faz presente em um dos últimos artigos de Elias Chaves Neto. Com efeito, em “*A Grande Revolução*”, o divulgador de Caio Prado Jr. mencionava as reflexões de Tocqueville sobre o Oeste (no qual o pensador político francês via o limite último da democracia) e o profundo sentido de igualdade da sociedade americana. Elias Chaves Neto ainda lembrava que Tocqueville chegara a ver o igualitarismo americano como um fato social “que não poderia ser mais detido”. Ele seguia sua observação com esta passagem do próprio Tocqueville: “Parece-me fora de dúvida que mais cedo ou mais tarde chegaremos como os americanos à igualdade completa de condições”. “O que me será dado esperar ou temer” (cf. CHAVES NETO, 1978?, 1982).

O companheiro de Caio Prado Jr. registrava ainda que, como aconteceu com a Revolução Francesa, o capitalismo americano também se desvirtuaria. Depois, ele iria expropriar os três quartos dos trabalhadores que, à hora da formação da nação, eram autossuficientes, enfraquecendo o igualitarismo tocquevilleano, ao qual em seu tempo Roosevelt ainda chamaria de “paz pela abundância” (*idem*).

Vejamos outras referências relativas à questão democrática. Ela já estava no artigo “Política de União Nacional” (1955) e se reafirmara em “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição” (1956). No primeiro deles, o autor relançará a fórmula de união nacional (que havia motivado a controvérsia do fim do Estado Novo) como um movimento de conformação de uma força política que fosse capaz de sustentar uma “nova política econômica” que “proporcione à nossa indústria e à nossa agricultura os meios, não somente de suportar esses encargos – elevação dos salários em face de carestia – mas de neles encontrar novas possibilidades de desenvolvimento” (CHAVES NETO, 1955). Segundo se lê no texto, a concentração das “forças nacionais democráticas em torno da Constituição” tinha por objetivo, desde logo, assegurar condições preliminares para que tivessem livre curso as reivindicações populares. Dizia ele que

Só a luta econômica processada dentro dos direitos para esse fim estabelecidos em nossa Constituição – o direito de greve, de sindicalização, de reunião – é que torna possível o constante ajuste dos salários segundo as condições variáveis da produção. Essa é a experiência democrática e a importância para a vida econômica de uma nação desses direitos que hoje em dia são conquistas da civilização e quotidianamente violados em nosso país pela polícia, transformada em defensora dos interesses das classes possuidoras (*idem*).

Esse artigo inaugural da *Revista Brasiliense* trazia ainda duas menções que vale mencionar. Numa primeira, Elias Chaves Neto valorizava a função progressiva dos ideais democráticos da Revolução Francesa (“aos quais o mundo deve o seu extraordinário progresso no século passado, e fundamentais para o desenvolvimento do nosso país”). Falando dessa força progressiva, o jornalista dizia que entre nós “A defesa da Constituição é, portanto, o ponto básico de uma política que visa pela união de todos os brasileiros a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade” (*idem*). Numa outra passagem o autor voltava a falar de uma espécie de americanismo “produtivista”, já aludido. Cite-se o próprio autor:

Os homens de negócio são os primeiros a saber que o bom andamento dos seus negócios depende do alto poder aquisitivo das massas. É de Ford esse dito de que quando sentia necessidade de vender mais automóveis, aumentava o salário dos seus homens. Toda a história econômica dos Estados Unidos reside na compreensão deste fato. O presidente Lincoln assegurou durante decênios a prosperidade das indústrias do Este, locando nas terras além do Mississipi uma população de agricultores aos quais entregou gratuitamente 60 hectares de terras. (*idem*)

Em um texto escrito após a reação ao seu artigo “Política de União Nacional”, mesmo com citações de autoridade (Stalin falando no XIX Congresso do PCUS como um “precursor” do XX Congresso; Krushev admitindo a via parlamentar ao socialismo), Elias Chaves Neto ingressava na discussão já em curso em alguns partidos comunistas em torno da mudança do paradigma de 1917, especialmente no PCI. Em sua valorização de 1789 – “Isto não quer dizer que nada se tenha passado depois daquela revolução” –, ele explicava o ponto deste modo:

O que se quer dizer é que esses ideais de soberania nacional e das liberdades democráticas consignadas nas constituições burguesas oriundas da revolução francesa e norte-americana de fins do século dezoito conduzem à transformação revolucionária da sociedade (...) (CHAVES NETO, 1956a).

À sua maneira, Elias Chaves Neto voltava a defender a função progressiva das liberdades democráticas. Cite-se esta passagem:

Concordo plenamente com o Sr. Prestes de que a simples defesa da Constituição por si só não poderá dar solução alguma aos problemas brasileiros. É, porém, a condição necessária para esse fim. Trata-se de uma etapa. Mas é a etapa em que nos encontramos e é desta etapa que me ocupei em meu artigo, na qual ainda é possível falar em prosperidade para os nossos homens de negócios que compreenderem que têm lucros a realizar lutando pela industrialização do país, isto é, contra o imperialismo que nos quer reduzir a simples país agrícola, produtor de matérias-primas. (*Idem*).³

³ Assim continuava aquele trecho: “No que acredito, como comunista, é que vencida esta etapa em que antes de mais nada temos de defender o nosso país da espoliação imperialista, com a ajuda dos homens de negócio que têm todo o interesse em contribuir para se criar uma

Já no artigo “Sentido Dinâmico de Democracia”, também de 1956, o amigo de Caio Prado Jr., por assim dizer, trazia a “questão democrática” para o Brasil.⁴ Os temas da democracia (“condição necessária para o progresso da nação”) e da política econômica (“que faça da solução da miséria e atraso do nosso povo, e não dos lucros a realizar sobre os mesmos, o seu objetivo”) aparecem nesse último texto conferindo um outro “sentido” à relação do chamado movimento nacionalista com as “instituições democráticas”. O que diferenciava os textos de Chaves Neto da “sociologia da modernização” do PCB – que operava como um marco destinado a dar inteligibilidade à etapa “nacional e democrática” da revolução – era o sentido “construtivo” de uma política econômica que deveria implantar-se na sociedade realmente existente no país como programa, pelo menos inicial, da revolução brasileira que ele associava aos chamados “ideais democráticos”.⁵

Coincidindo com outros pecebistas da época (Marco Antônio Coelho e Armênio Guedes), Elias Chaves Neto também começava a ver a democracia política como um processo de aperfeiçoamento da sociedade. Cite-se o autor: “É a aceitação plena desses direitos que firma o sentido atual da democracia, sentido dinâmico que permite a própria transformação da sociedade, a ponto de haver Palmiro Togliatti afirmado que era possível admitir-se a passagem para o socialismo por via parlamentar...” (CHAVES NETO, 1956b). No Brasil, a união das forças progressistas dever-se-ia processar “politicamente” “em torno da defesa das instituições democráticas”. “A democracia se apresenta portanto através de um prisma novo no qual as reivindicações e os direitos dos trabalhadores passam a fazer parte integrante do regime” (*idem*). O “sentido dinâmico de democracia” se materializaria “no respeito à vontade popular, patente na legalidade de todos os partidos políticos através dos quais essa vontade tende a se

economia nacional e próspera, outros problemas se colocarão perante a nação – a passagem para o socialismo –, os quais, estes, exigirão uma solução revolucionária” (*idem*).

⁴ Note-se que, quando Elias Chaves Neto fala de democracia, refere-se aos direitos de livre movimentação e representação, inclusive a legalização do seu PCB, a qual via como questão decisiva para o processo democratizante (*idem*).

⁵ Como se verá mais adiante, no seu livro *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, Caio Prado concebe a “política econômica” como medidas destinadas à progressiva reestruturação da vida econômica, visando associar “produção” e “consumo”, vale dizer, uma economia propriamente produtiva à maioria da população (PRADO JR., 1954).

expressar – notadamente, o Partido Comunista” (*idem*).⁶ Mesmo com o excesso militante, essa referência espelha o papel que à época o PCB começava a desempenhar, por meio de certo campo intelectual-político, na formação daquilo que Chaves Neto (seguindo o seu mestre) considerava estratégico: um “amplo movimento de opinião pública” – complete-se a ideia – “sem o qual a vida política não passará de uma agitação estéril, facilmente dominada pelas manobras dos homens de negócio que em nosso país representam os interesses estrangeiros, os quais aproveitam as dissensões de uma política personalista em que as questões ideológicas servem simplesmente para desviar a atenção do povo dos problemas concretos que o afetam” (*idem*).

No artigo “Legalidade Socialista”, publicado à hora em que foram abertos no PCB os debates sobre o estalinismo – dos quais se ausentara Caio Prado Jr. –, Elias Chaves Neto faria sua leitura do XX Congresso do PCUS em meio à cultura marxista-leninista (nesse texto o autor falava de democracia burguesa, socialismo operário, etc.). Mas há outras passagens interessantes. Por exemplo, aquela em que ele aludia a um tema que também está nas análises políticas caiopradianas: a “defesa das instituições democráticas” como base para a formação de um movimento político “que resultará do fato de tomarem os brasileiros conhecimento dos seus problemas e das soluções que aos mesmos podem ser dadas segundo os seus interesses próprios, o seu modo de pensar e as suas aspirações” (CHAVES NETO, 1956c). Por aí o autor também se referia a um caminho ao socialismo que se apresentava no PCB por meio de textos dissidentes nos debates de 1956/57.

Elias Chaves Neto torna a buscar amparo em Krushev, citando pronunciamentos posteriores ao XX Congresso, nos quais o secretário-geral do PCUS falava da hipótese da passagem ao socialismo por via não revolucionária; e novamente recorre a Togliatti e à tese dos comunistas italianos sobre a pluralidade de vias de acesso ao socialismo. Aliás, o autor observava que teria sido em função do seu modo inovador que os comunistas italianos se haviam mantido como partido politicamente

⁶ Ele dizia ainda que, naquele momento, era “em torno das teses levantadas pelos comunistas que se agita(va) fundamentalmente a política do país”. Isso quando a política “não é desviada por questões subalternas de interesses pequenos”, aduzia repetindo Caio Prado Jr. Para este ponto, ver SANTOS, 2001.

influyente, inclusive por não se terem lançado no fim da guerra, em 1946, “desesperados ao poder e terem acolhido a via legal” (*idem*). Nessa mesma passagem, ele recordava os impasses criados pela política cnopista⁷ em 1945, quando o PCB, ao invés de continuar na articulação unitária das oposições daquela época, se isolara, “e preferiu seguir os políticos demagogos que se limitavam a lhe fazer promessas” (*idem*).

Em todo caso, se, por essas menções, é evidente a adesão de Elias Chaves Neto ao “caminho italiano ao socialismo”, quer valorizando a função progressiva do constitucionalismo e da democracia política, quer tendo uma ideia gradualística da via de acesso ao socialismo, curiosamente não se vê indícios de uma aproximação de Caio Prado Jr. com as tematizações do PCI, exceto naquele ponto da conduta “inteligente” (*sic*) e moderada do “grupo caiopradiano” se parecendo à dos comunistas italianos, por ocasião do fim do Estado Novo, quando o historiador persistiu na aliança com os liberais na luta pela redemocratização (CHAVES NETO, 1977).

Nos textos escritos por Elias Chaves Neto para o V Congresso de 1960, conjecturas como as anteriores precisam ser cautelosas. Já foi sugerida a presença de Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto naquele congresso como uma espécie de campo pecebista.⁸ Com luz própria, o historiador comparecera ao evento com sete artigos nos quais reapresentara sua versão da revolução brasileira, abrindo a controvérsia em dois pontos principais: no tema agrário e na questão da “apologia do capitalismo” que – como outros críticos da Tribuna de Debates congressual, ele também dizia – marcava as teses do Comitê Central. Por sua vez, Elias Chaves Neto escrevera os artigos “Planificação de Nossa Economia – Solução Nacionalista” e “A Contradição Principal – Base de uma Solução Marxista”, compartilhando, muito mais que Caio Prado, os temas e os termos conceituais das teses oficiais. São textos nos quais o argumento caiopradiano trazido por Elias Chaves Neto aparece envolto pelas citações de autores da tradição, inclusive da própria maioria que hegemonizava o V Congresso.

⁷ Relativo à CNOP (Comissão Nacional de Organização Partidária), movimento que, a partir da Conferência da Mantiqueira (1943), reestruturara o PCB, desarticulado com as prisões de 1940.

⁸ Uma leitura da Tribuna de Debates do V Congresso aponta duas configurações diferenciadas mais importantes da maioria oficial: a tematização que se vê nos textos de Alberto Passos Guimarães e a leitura crítica das Teses oficiais que aparece nos artigos de Jacob Gorender. A ala oriunda do núcleo dirigente criticado na controvérsia de 1956/57, ainda ativa na Tribuna de Debates congressual, irá depois se afastar do PCB.

No segundo artigo, o diretor-responsável da *Revista Brasiliense* apresentava uma ideia de “contradição principal” em alternativa ao construto do nexo nação-imperialismo. Embora formulada em linguagem marxista-leninista, essa contradição principal era concebida segundo a teoria social exposta no prefácio marxiano à *Contribuição da Crítica da Economia Política* de 1859, em alusão a uma formação social “historicamente determinada”. Ou seja, Elias Chaves Neto se referia à contradição entre a miserabilidade endêmica da população e o baixo nível das forças produtivas nacionais, conforme Caio Prado, como principal obstáculo interposto ao desenvolvimento nacional.⁹

Assim é que, alterando o “paradigma nacional-desenvolvimentista”, o autor pretendia reabilitar o papel progressista das reivindicações populares, descobrindo-as do manto terceiro-mundista trazido pela tese da contradição nação/imperialismo (este como elemento externo), definida pela IC para contextos coloniais e semicoloniais. Elias Chaves Neto fundamentava a importância daquele nexo miserabilidade-forças produtivas apoiando-se nas proposições caiopradianas acerca do sentido da nossa colonização (colônia de produção) e do industrialismo débil e inconcluso.

Observe-se que a teoria caiopradiana da nossa gênese apontava, como traço da formação social brasileira, a dissociação entre a economia (produção da colônia voltada para fora) e o “consumo” (a maioria da população), esta última mobilizada como força de trabalho instrumental (ver a escravidão e a reprodução dos “restos escravistas” como marcas influentes na sua inorganicidade; e depois, no associativismo frágil). Tal dissociação (produção-consumo) – diversamente do industrialismo clássico – perdura no tempo contemporâneo da nossa industrialização. Daí Caio Prado pensar a revolução brasileira segundo a fórmula da “conexão povo-mercado interno no emblema da Abolição” (cf. SANTOS, 2001). Os primeiros indícios desta fórmula já estão em *Evolução política do Brasil* (1933) e em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e terão nova referência em *História econômica do Brasil* (1945) na alusão ao descompasso entre economia e política que então marcava nossa modernização. No texto de 1954, já citado, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, a

⁹ Caio Prado (e Elias Chaves Neto) mobilizavam o binômio forças produtivas-relações de produção tal como Marx e Engels apresentam de modo modelar no capítulo 1 de *O Manifesto do Partido Comunista*.

fórmula terá seu equacionamento referido a Keynes e à Cepal,¹⁰ sendo reapresentada de modo sucinto em *A revolução brasileira* (1966).

Com essa problematização, o historiador chegará a uma espécie de cânone “produtivista” com o qual proporia as duas grandes reestruturações da vida nacional: a da economia à base da mobilização produtiva do trabalho nacional plenamente livre (via sustentável para generalizar o progresso e a incorporação social) e a “reestruturação da nossa vida política” em moldes democráticos. Diverso dos países de industrialismo clássico, o Brasil tem uma vida política cuja trajetória sempre fora marcada pela debilidade dos grupos sociais e “agitação estéril” (para o tempo contemporâneo – 1945-1964 –, Caio Prado mencionava a ausência de “debates nacionais” e partidos ideológicos).¹¹

Tudo indica que, por ocasião do debate congressual de 1960, Elias Chaves Neto fazia aquele “ajuste” na definição das contradições da revolução à maneira da operação que realizara Caio Prado Jr. ao resumir suas duas teorizações (colonização e industrialismo) na formulação da revolução brasileira. Com o conceito de revolução “agrária” e “nacional”, o historiador visava se contrapor radicalmente ao excuro das contradições do V Congresso que subsumia a oposição capital-trabalho a uma sobredeterminação (nação vs. imperialismo) altamente invasiva. Por sua parte, o publicista procurava “atualizar”, nos anos nacional-desenvolvimentistas da década de 1950, o tema da contradição capitalista.¹² Com limitações, Chaves Neto teria

¹⁰ Recusando a ânsia por “produção e produtividade”, o historiador assim demarcava sua Economia marxista: “As minhas reservas são relativas ao destaque que lhes é dado, sem a consideração que a meu ver deveria ser preliminar, ou pelo menos conjunta e no mesmo plano, da questão do consumo e do mercado. No caso brasileiro, e entre os dois polos do mecanismo econômico, a produção e o consumo, a oferta e a demanda, escolheria o segundo como ponto de partida e baliza do assunto” (PRADO JR., 1954: 194).

¹¹ Em um dos seus últimos textos (no adendo ao livro de 1966, “Perspectivas de 1977”), há uma passagem interessante na qual Caio Prado se refere ao fim do regime militar. Lembrando nosso contraste com os casos clássicos (aqui, a classe econômica que se beneficiara da modernização não tratou de estimular a construção de uma institucionalidade democrática), dizia ele: “Uma democracia que significa essencialmente participação efetiva dos governados na ação e comportamento do governo, uma democracia só para a burguesia e os aspirantes a burgueses, pretensão de muitos, não é realizável. Ou será de todos ou de ninguém; e se terá então um regime como este nosso em vigor, a experiência pela qual passamos faz isso suficientemente claro” (PRADO JR., 1966; 1978: 267).

¹² Paulo Sérgio Pinheiro também já observara neste sentido (PINHEIRO, 1982; CHAVES NETO, 1982).

iniciado, naqueles seus artigos publicados na *Revista Brasiliense*, um “equacionamento” do tema da oposição capital-trabalho – que Caio Prado radicava na história nacional – incorporando a questão da democracia política como um meio de reforma da sociedade. Mas perdera nos dois textos do V Congresso boa parte das intuições que extraía das lições do XX Congresso do PCUS, sendo bem maior sua dependência ao pensamento então marcado pela teoria maoísta das contradições que perpassava as Teses congressuais de 1960.

Há no autor, em 1960, um certo retorno ao emblema “1945” (cf. SANTOS, 2001), isto é, quando faz referência ao tema dos “interesses da população” segundo os parâmetros da “política econômica” e da “democracia”. Com esses parâmetros, Chaves Neto procurava diferenciar o pecebismo da fase nacionalista do modo de fazer política das “agitações” e “aventuras”, ponto este último no qual insistira Caio Prado Jr. tanto na teorização da nossa formação como nas suas análises da política de aliança nacional-popular dos tempos mais contemporâneos.

Embora já não leve ao V Congresso o tema do constitucionalismo do pós-guerra ao modo dos seus primeiros artigos, Elias Chaves Neto traz agora a questão da oposição capital-trabalho, por assim dizer, para dentro da política de frente única, de maneira parecida à visão que Caio Prado Jr. tinha dessa contradição no contexto da redemocratização de 1945 (SANTOS, 2001). O jornalista afirmava que, ao invés de deixar embargar as vistas pela opacidade da contradição nação/imperialismo, o PCB devia sair da paralisia e trabalhar politicamente aquela contradição do capitalismo. Mesmo construído em um exercício incongruente em vários pontos, o argumento de Chaves Neto vinha em favor de uma mudança no eixo da práxis popular deste modo: o campo de atuação prioritária do PCB, dizia ele, deveria ser buscar solução para os problemas imediatos, em lugar de se guiar pela especulação de qual seria o papel das massas como classes da revolução, mesmo que sua mobilização fosse pensada em nome de uma revolução definida por etapas e transições.

Elias Chaves Neto falava desse caminho como o único meio capaz de “arrastar a nação à luta anti-imperialista, condição necessária para a solução daqueles problemas” (CHAVES NETO, 1960b). O autor recorria à ideia de contradição (são citados Stalin e Mao Tse-Tung), falando de “complexidade de contradições”, procurando mostrar que o analista que privilegiasse

apenas a oposição nação-imperialismo obteria uma compreensão muito limitada da situação nacional, uma vez que, no caso brasileiro, a ação do capital estrangeiro não defrontava a nação contra um invasor vindo de fora, sendo várias as conexões que tecera ao se instalar no país e muitos eram os seus apoios entre setores nacionais, os quais nem por isso deveriam ser qualificados de “meros agentes” do imperialismo. Leem-se ali alusões a “caminhos mais complexos” (“o que existe, sim, são contradições entre o imperialismo e diferentes classes da nação (...);” o autor dizendo ainda:

São grandes esses setores. Mas a unidade nacional, que justificasse falar em contradição entre o imperialismo e uma nação, só se verifica em caso de guerra de agressão, quando no dizer de Mao Tse-Tung, em seu trabalho *Em torno da contradição*, suas diferentes classes, com exceção de um pequeno punhado de traidores à nação, podem unir-se provisoriamente na guerra nacional contra o imperialismo (*idem*).

O autor fazia um exercício simples para desconstruir o modelo pecebista daquela época. Eis aqui o argumento: só naquele caso extremo de invasão militar era que se poderia falar de uma contradição principal tensionando toda a formação social, de modo que a ela as demais contradições deviam se referir. E, mesmo no exemplo chinês, não era a contradição capital-trabalho que se subordinava àquele tipo de lógica sobredeterminante, mas a oposição entre o regime feudal e as massas populares. Era essa última contradição que recebia o impacto da ocupação do território por um elemento externo (a força militar japonesa), vivendo o país um enorme constrangimento que perpassava por todas as classes e grupos sociais, em suma, que lhe abafava a existência como nação.

Vê-se no artigo que Elias Chaves Neto convergia com alguns renovadores do debate pecebista de 1956/57 quanto ao reconhecimento da industrialização pós-30 como um dado estratégico que seria preciso trazer para a formulação da orientação comunista. Esses renovadores insistiam que os eventos de agosto de 1954 haviam posto na ordem do dia a exigência de uma nova ideia de frente única que levasse em conta a pluralização de uma sociedade sob impulso desenvolvimentista e os atores realmente existentes na cena nacional. Ou seja, os que se haviam mobilizado para interditar o caminho do golpe de Estado após o suicídio de Getúlio, atores diferentes do esquema frentista do PCB. Se esses pecebistas reclamavam da ideia simplista de “expulsão do imperialismo” do Manifesto de Agosto de 1950 e das resoluções do IV Congresso realizado no final de 1954, Elias Chaves Neto ainda via o

espírito desse último congresso conservado nas Teses do V Congresso de 1960 (*idem*). Segundo o autor, o simplismo da contradição nação-imperialismo estava na forma de descrever a estrutura social, atribuindo conduta anti-imperialista a classes sociais, supondo que a ação política dos atores guiava-se diretamente pelo interesse que lhes era próprio, revelando, como ele mesmo dizia, um forte viés de “liberalismo econômico” nesta maneira voluntarista de ver as coisas (*idem*). Ele também aludia ao modo como era formulada nas Teses a “segunda contradição fundamental” – a que opunha as forças produtivas em crescimento ao monopólio da terra –, chamando a atenção para o fato de que, posta em chave orientalista, ela se tornava mero subproduto da teoria da feudalidade clássica, como nos velhos documentos pecebistas da passagem para a década de 1950. O ponto prático que Elias Chaves Neto procurava extrair dessa controvérsia bizarra vinha por conta de que aquela visão induzia à ideia de que existiam duas lutas paralelas, a nacional-anti-imperialista e a agrária e antifeudal. O jornalista observava ainda que, montada segundo a oposição nação-imperialismo, a orientação pecebista oficial se mostrava mais confusa quando o analista levava em conta o alheamento da massa popular em relação à luta nacionalista que tinha lugar naquele momento (*idem*).

Fechando o argumento construído com peças da teoria das contradições, Elias Chaves Neto se valia das teses caiopradianas. Ele dizia que, para romper aquela forma de descrever e fundir os processos urbano e agrário, seria preciso colocar o problema “de maneira inteiramente diferente”, conferir-lhe uma “solução marxista”, isto é, caracterizar a formação social a partir da contradição básica entre forças produtivas e relações de produção. Seria do ângulo dessa “contradição genérica” de todo processo histórico (o autor citava *O manifesto comunista*) que se entenderia o sentido da contradição entre “latifundiários e a massa camponesa”. Na etapa do desenvolvimento da sociedade brasileira que se vivia, esta última era a oposição que limitava o crescimento das forças produtivas nacionais. Ou seja, no sentido que lhe dava Caio Prado Jr.: de um entrave em razão do baixo nível de vida da maioria da população, em larga medida localizada no mundo rural, e em função do industrialismo de pouca incorporação social, nas cidades. Seguindo o mestre, Elias Chaves Neto afirmava que a contradição capitalista ganhava significado específico no contexto daquele tipo de dualismo, e assim a definia sob formulação marxista-leninista:

(...) Intimamente ligada a esta contradição principal (referia-se à principalidade da contradição “agrária” no sentido da ideia de “revolução agrária e nacional” caiopradiana), que desempenha o papel de dominante, está a contradição entre o proletariado e a burguesia. A natureza destas duas contradições é a mesma, fato do qual decorre naturalmente a aliança destas duas classes na luta pela sua libertação econômica, sob a direção do proletariado em virtude de esta classe representar uma etapa mais avançada no desenvolvimento da sociedade humana (*idem*).

Em meados de 1963, Elias Chaves Neto publicou um outro texto, “Revolução Democrática”, no qual aduzia observações que realçam mais alguns traços do “grupo” pecebista. Dizia esse autor de muitos dos editoriais-assinados da *Revista Brasiliense* que, por exemplo, do bloco heterogêneo que se agrupava em torno das reformas de base, devia participar como “elemento ativo” uma burguesia industrial “esclarecida”. Explicava que, mesmo compartilhando interesses com o latifúndio (do qual dependiam muitos de seus negócios) e mantendo relações com o imperialismo (“com uma grande diversidade de interesses” entre si), esses burgueses poderiam vir a gerar e a se envolver nas “diferentes correntes de opinião que se refletem em nossa vida política” (CHAVES NETO, 1963a). O autor entendia o processo em curso naquele pré-64 como um processo que – sem ser uma “revolução” – poderia obter êxito e as reformas de base tornarem-se reformas de “interesse nacional”, à medida que, no seu próprio dizer (truístico), elas encarnassem a ideia de medidas reestruturadoras do industrialismo, a partir da elevação do nível de vida da “massa popular, particularmente da massa camponesa”. Como dizia o editor da *Revista Brasiliense*, tratava-se de por em marcha uma política econômica nacionalista que reverteresse o sentido da “revolução desenvolvimentista” de Juscelino Kubitschek, dando sequência à virada que significara a formação do governo João Goulart em 1961, apesar da tendência à demagogia (*sic*) do presidente da República (*idem*).

Em relação à questão do imperialismo propriamente dito, nesse artigo o autor novamente se voltava para o PCI, referindo-se agora ao significado que os comunistas italianos atribuíam à mobilização sindical que tinha lugar na Europa daqueles anos 1960, “aceitando a evolução da sociedade capitalista”, mas também ensejando o controle das organizações gigantes através de uma fórmula que seria uma espécie de “Estado Nacional, sob a

hegemonia do proletariado” (*idem*). Fazendo a comparação, Elias Chaves Neto dizia ser necessário aqui reconhecer que a reorientação que experimentara a economia durante a “revolução” pró-monopolista de Juscelino também criara no país uma nova situação e que ela impunha conferir “sentido novo” à luta anti-imperialista; um sentido que não apenas implicava medidas para fomentar “o surto dos negócios nacionais”, como também o controle do governo sobre os monopólios, “e operá-los em favor do interesse do povo” (*idem*).

Lê-se ainda no referido texto uma alusão ao modo como aquela experiência operária valorizada pelo PCI colocava a problemática da fusão do tema da democracia com o socialismo. Elias Chaves Neto chegava a citar um artigo de Valetino Gerratana daquele tempo, no qual este intelectual, explicando o pensamento dos comunistas italianos no pós-XX Congresso, falava de um novo caminho de “progresso democrático em direção ao socialismo”. Embora não haja em Elias Chaves Neto um excursus “mais político” como os da “tática das soluções positivas” e da “via pacífica”, a ideia caiopradiana de “política econômica” que o intérprete de Caio Prado Jr. trazia para dentro do PCB daquela época encerrava o sentido de um *continuum* de medidas parciais que progrediriam até se converterem em um processo revolucionário (as duas “grandes reestruturações”).

De qualquer modo, a “revolução democrática” de que falava Elias Chaves Neto naquele seu artigo não seria uma revolução em dois tempos, mas um processo progressivo movido por um conglomerado pluriclassista reunido em torno de dois objetivos estratégicos: a erradicação da miséria das massas camponesas (a “maioria da população”, a rigor, as *massas nacionais*, “estruturalmente” empobrecidas) e o controle dos *trusts* internacionais. Como ele próprio dizia, fazendo a sua leitura das reflexões que tiveram lugar no PCI após o XX Congresso do PCUS:

Não se trata de uma revolução burguesa seguida de uma revolução socialista, mas de um movimento único de democratização do país em progresso para o socialismo (*idem*).

Observe-se que essa proposição verbalizada por Elias Chaves Neto ainda era imprecisa. A ideia de revolução democrática reúne passagens formulativas que não se completariam no autor. Elas fazem parte de um construto que se visibiliza em trechos dos artigos que o jornalista e, principalmente, o intelectual Caio Prado Jr. (este, sim, portador de uma obra

estratégica para tanto) publicam na *Revista Brasiliense*; em todo caso, são passagens de um movimento que, como o dos dissidentes de 1956/57, de certo modo também iriam influenciar algumas formulações do PCB no pré-64.

Com efeito, a nova presença do “grupo” caiopradiano, a partir da *Revista Brasiliense*, vai ser notada na práxis agrária do PCB, à medida que o Partido Comunista evolui para o associativismo rural de tipo sindical e, à maneira marxista-leninista, também incorpora a tese das “reformas parciais” como peça-chave de uma nova concepção de revolução por meio de reformas. Esta ideia de reformas graduais tem exemplo já no tempo da atuação de Caio Prado Jr. na Assembleia Constituinte de São Paulo, em 1947, reaparece na monografia de 1954 (*Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*) e, durante as discussões sobre o estalinismo, na citada “tática das soluções positivas”, depois de 1959, afirmando-se em textos pecebistas. Mesmo sem reconhecer um pertencimento formal ao construto caiopradiano, finalmente, vai ser por meio dessa concepção de “reformas parciais” que os formuladores do PCB perfilarão o reformismo deste partido. Será vista como a mais consentânea com a ideia de sucessividade de governos nacional-democráticos que se afirmara no PCB a partir da experiência posterior à morte de Getúlio, particularmente com a Declaração de Março de 1958.

Quanto à valorização do constitucionalismo de Elias Chaves Neto, este tema será vivido pelo PCB como um caminho de pedras, que vai desde a virada na conduta dos comunistas – de adversários do “governo de traição nacional” de Getúlio, antes do suicídio, a tributário das alianças antigolpistas no imediato pós-54 – até à sua completa identidade com a frente democrática durante o regime militar. Poder-se-ia dizer que, depois de 1954, as ideias de progressividade da política econômica e de governos pluriclassistas (ver Declaração de Março) adquirem consistência com a questão da democracia. Questão democrática que, por um lado, era trazida por Chaves Neto do XX Congresso do PCUS e do PCI, e que, por outro, também provinha dos temas da antiestagnação e da frente única real, tal como chegavam dos debates de 1956/57 (SANTOS, 1988). Esses temas continuaram no tempo nacional-desenvolvimentista, até o próprio PCB acrisolar elementos de uma nova mentalidade, após o golpe de 1964, notadamente a partir da sua vida no contexto do MDB, passagem para a qual ajudaria o clima intelectual de uma nova publicação – a *Revista Civilização Brasileira*. O PCB caminhava em direção a uma outra cultura política, ao dar vida a uma espécie de redimensionamento da sua política de frente democrática, como se vê em

alguns documentos do Comitê Central no exílio e, sobremaneira, pode-se ler na ensaística dos chamados eurocomunistas brasileiros. Diz-se-ia, recordando o constitucionalismo do contexto de 1945 (valorizado por Elias Chaves Neto e Caio Prado), que a experiência do PCB na luta pelas liberdades democráticas durante a resistência ao regime de 1964 constitui o grande “influxo” da vida prática que estimula o *aggionamento* da sua orientação nos últimos anos de vida.

Certamente os artigos de Elias Chaves Neto, aqui resenhados, constituem uma movimentação que não teria plena passagem no PCB, mesmo que o jornalista com ele compartilhasse a mesma linguagem. Seria ainda mais difícil esperar que sobreviesse em seu partido acolhida ao próprio Caio Prado Jr. quando este operava na zona gris da “questão do método” tentando compreender a dialética da nossa formação social a partir do nexo passado-presente. O seu marxismo – diferenciado pelo significado substancial que tinham seus chamados *deslizes* (circulacionismo, idealismo) – não era, afinal, toda uma *raison d'être* para o historiador intérprete do Brasil. A ideologia do socialismo real à parte, muito mais do que resultado de uma defesa como um fim em si, o marxismo caiopradiano, que é um marxismo político, referencia-se e se afirma nas dissertações sobre a contemporaneidade brasileira, assistidas pelo método marxista, como o próprio historiador propõe, refeito pelos temas do circulacionismo e do “produtivismo” (SANTOS, 2001). Aí estava a raiz da chamada “ausência” de Caio Prado da política corrente. Enquanto o circulacionismo sempre foi visto como ponto metodológico controverso da sua interpretação do Brasil, o “produtivismo” ainda não tem sido relevado como questão central, a não ser para criticar o autor por dois grandes “equívocos” que, a rigor, são pontos essenciais da sua publicística tecida ao longo do tempo: a) a ideia de uma revolução capitalista à *Welfare State* exposta em *A Revolução Brasileira* (cf. FERNANDES, 1968) e b) e o que seria a redução do programa revolucionário a uma “revolução agrária trabalhista”, que também é defendida por Caio Prado Jr., nesse livro de 1966, como questão estratégica.

Referências bibliográficas

BASTOS, Abguar. “Apresentação” da *Revista Brasiliense* n. 1, set./out. de 1955.

CHAVES NETO, Elias. “Política de União Nacional”, in: *Revista Brasiliense* n. 1, set./out. 1955.

_____. “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição”, in: *Revista Brasiliense* n. 5, mai./jun. 1956a.

_____. “Sentido Dinâmico de Democracia”, in: *Revista Brasiliense* n. 7, set./out. 1956b.

_____. “Legalidade Socialista”, in: *Revista Brasiliense* n. 8, nov./dez. 1956c.

_____. “Planificação de Nossa Economia – Solução Nacionalista”, in: *Novos Rumos*, 3 a 9/06/1960a.

_____. “A Contradição Principal – Base de uma Solução Marxista”, in: *Novos Rumos*, 24 a 30/60b.

_____. “Revolução Democrática”, in: *Revista Brasiliense* n. 48, jul./ago., 1963a.

_____. “Medidas Concretas”, in: *Revista Brasiliense* n. 50, nov./dez. 1963b.

_____. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

_____. “A Grande Revolução” (1978?), in: CHAVES NETO, Elias. *Sentido Dinâmico de Democracia*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

COELHO, Marco Antônio. “A Tática das Soluções Positivas”, in: *Novos Rumos*, 29 de julho a 4 de agosto de 1960.

FERNANDES, Florestan. “Caio Prado não disse tudo”, in: *Jornal da Senzala*, n. 1, jan./fev. 1968 (republicado sob o título “Sobre a Revolução Brasileira”, in: F. FERNANDES, F. *Brasil em compasso de espera*, São Paulo, 1989).

JAGUARIBE, Hélio. *A Filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iseb, 1952; 1957.

MALTA, César. “A ‘Revolução Brasileira’ de Caio Prado Jr.” In: *Revista Civilização Brasileira* n. 9/10, set./nov. 1966.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Introdução” a CHAVES NETO, Elias. *Sentido Dinâmico da Democracia*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO JR. Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense: 1966 (as citações são da 6a. edição, 1978).

_____. *Dissertações sobre a Revolução Brasileira*, Brasília-São Paulo: Fundação Astrojildo Pereira e Brasiliense, 2007.

PRESTES, Luiz Carlos. “É Necessário Combater e Desmascarar os Defensores e Porta-vozes do Nacional-reformismo”, in: *Voz Operária*, 28/04/56.

SANTOS, Raimundo. *A Segunda Renovação Pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-57)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Faperj-Maud, 2001.

_____. *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: NEAD-FAP, 2007.